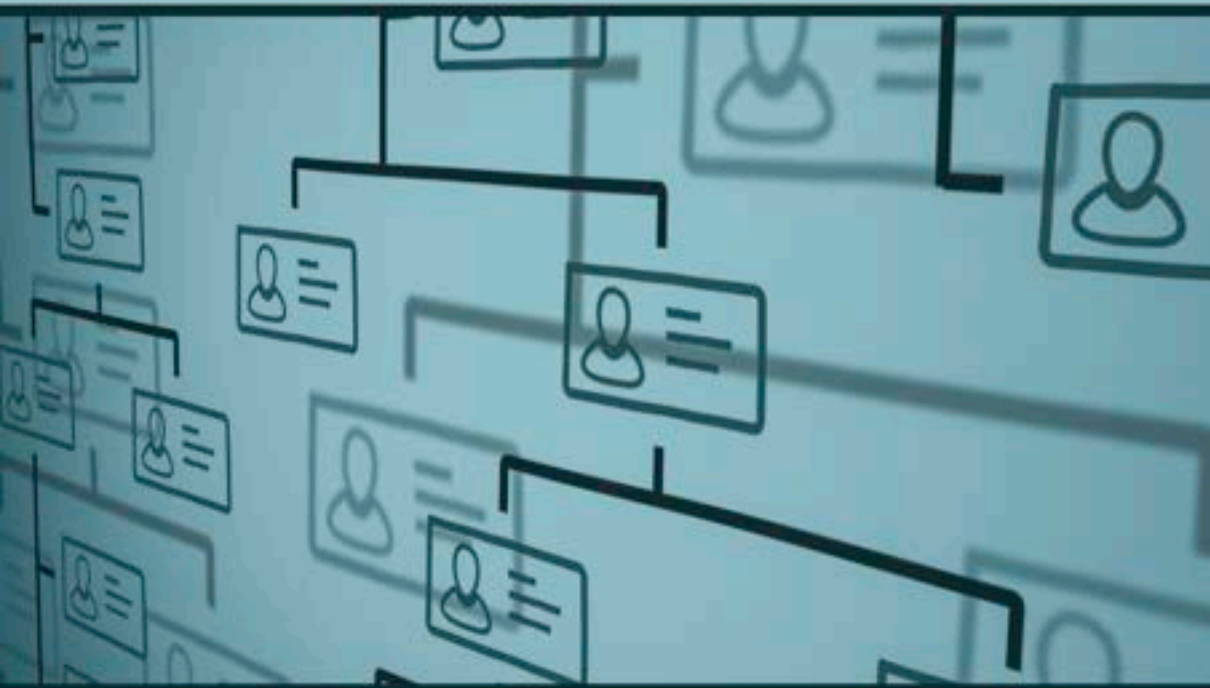


Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino
(Organizador)

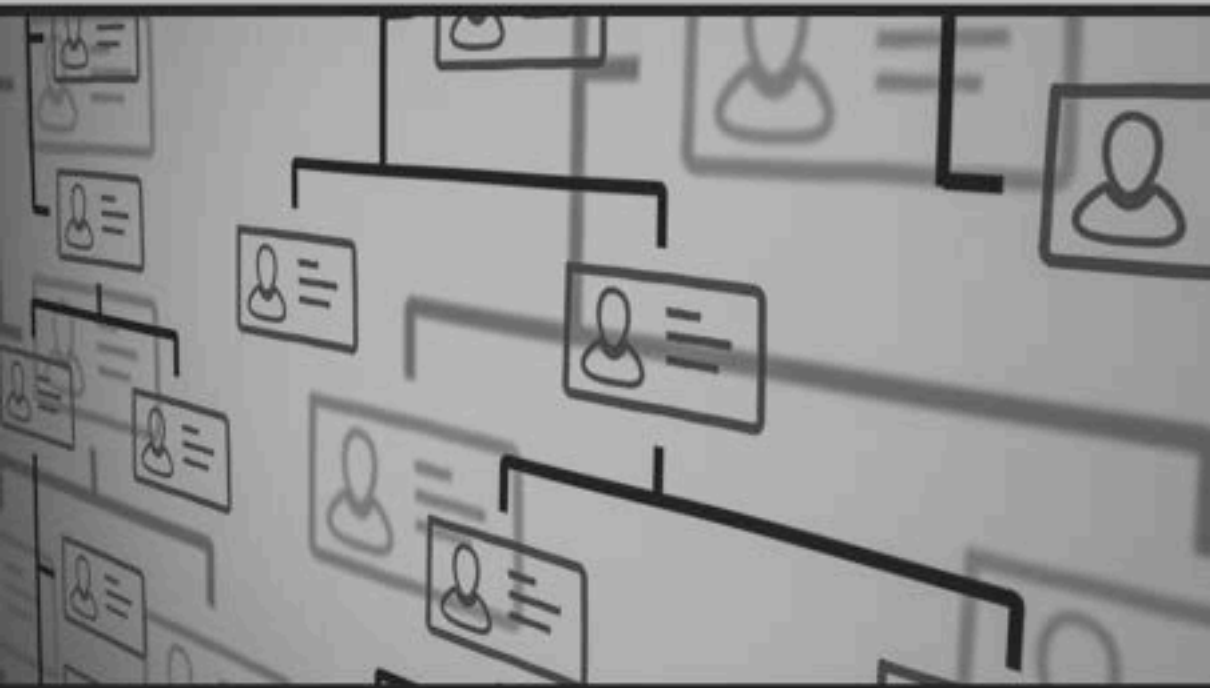


CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional


Atena
Editores
Ano 2022

Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional / Organizador Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0399-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.999221208>

1. Ciências Sociais. I. Flauzino, Jhonas Geraldo Peixoto (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editores
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Há cerca de 500 anos antes de Cristo e antes mesmo da época de Sócrates, o filósofo Heráclito dizia que “nada é permanente, exceto a mudança”. Neste momento passamos por um processo acelerado de mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. O termo “mudança” vem do latim “cambiare”, que significa substituir uma coisa por outra.

A modificação do estado normal das coisas gera expectativa e apreensão. Posto que é um evento incerto e desconhecido, e por vezes, não previsível. Nesse sentido, diversas autoridades dos diferentes campos do saber vêm buscando fórmulas e meios para reduzir a incerteza, ou até mesmo antecipar-se aos eventos futuros.

É nesse caminho que a presente coletânea composta por 19 capítulos, vem para estimular a nossa curiosidade e despertar-nos do conforto. Nela é discutido uma gama de assuntos, desde a avaliação das medidas restritivas adotadas pelas autoridades por ocasião do COVID-19, a debates sobre o combate ao tráfico ilícito de drogas nas fronteiras do Brasil, e assuntos atinentes a revolução digital no mundo dos negócios.

Isto tudo, para citar apenas três artigos da presente obra. Garanto-vos uma fonte rica de estudos relevantes e atuais. Trata-se de uma obra carregada de vivências de seus autores, o que pode vir a proporcionar aos leitores uma oportunidade significativa de análises e discussões científicas.

Que o entusiasmo acompanhe a leitura de vocês!

Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS ADOTADAS NO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E A COVID-19 NAS PRISÕES BRASILEIRAS


Helio Gustavo Mussoi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212081>

CAPÍTULO 2..... 16

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM APRENDIZADO AUTONOMO PARA O EMPREENDEDORISMO

Carine Cimarelli


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212082>

CAPÍTULO 3..... 23

A IMPLANTAÇÃO DO TERMO CIRCUNSTÂNCIADO DE OCORRÊNCIA (TCO) NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DE SUA CONFECÇÃO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO OPERACIONAL

Frederico Carneiro dos Santos

Elizabeth Macuco Zanetti Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212083>

CAPÍTULO 4..... 37

APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO NO ÂMBITO DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Regina L. P. Dell'Isola


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212084>

CAPÍTULO 5..... 54

AS DINÂMICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO URBANO NA CIDADE DE CALDAS NOVAS/GO

Rayza Correa Alves Gonçalves

Hamilton Afonso de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212085>

CAPÍTULO 6..... 65

BLOCKCHAIN: TECNOLOGIA DE REGISTRO DISTRIBUÍDO

Patrick A. B. de Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212086>

CAPÍTULO 7..... 75

BRASIL: A DICOTOMIA ENTRE A RIQUEZA E O DESENVOLVIMENTO

Stefano Almeida Lopes

Antônio de Lisboa Lopes de Araújo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212087>


CAPÍTULO 8..... 83

COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS NAS FRONTEIRAS DO BRASIL

Anderson Montes Santos

Allycia Araujo Jovelino

Bernardino Cosobeck da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212088>

CAPÍTULO 9..... 92

CONFLITOS TERRITORIAIS: ALTAMIRA UM MASSACRE ANUNCIADO

Márcio Teixeira Bittencourt

Peter Mann de Toledo

Gilberto de Miranda Rocha


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212089>

CAPÍTULO 10..... 109

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POLÍTICAS PÚBLICAS E SABERES TRADICIONAIS NA CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS

Antônio Valmor de Campos


Jane Acordi de Campos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120810>

CAPÍTULO 11..... 122

FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO: DA POLÍTICA MUNICIPAL À CENTRALIDADE DO ESTADO NOVO

João Sena Zanon Gomes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120811>

CAPÍTULO 12..... 134


HOUSING IN PORTUGAL (1992-2008) A MULTIDIMENSIONAL PERSPECTIVE ON THE BEHAVIOUR OF ECONOMIC AGENTS

António Duarte Santos

Guilherme Castela

Iris Lopes


Nelson Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120812>

CAPÍTULO 13..... 149

MANIFESTAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS PELO MUNDO: O QUE OS GRITOS DAS RUAS ESTÃO QUERENDO DIZER?

Larissa Ramalho Pereira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120813>


CAPÍTULO 14..... 161

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO E COMBATE

À CORRUPÇÃO

Pedro Henrique Hermes


Aline Martins Rospa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120814>

CAPÍTULO 15..... 173

O ACORDO DE PARIS E A DEFESA AMBIENTAL BRASILEIRA


Danilo Lopes de Mesquita

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120815>

CAPÍTULO 16..... 186

O IMPACTO DA GESTÃO DA LOGÍSTICA INTEGRADA SOBRE AS EMPRESAS

Rufice Miguel Mucarre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120816>

CAPÍTULO 17..... 196

REVOLUÇÃO DIGITAL E NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS: O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO E OS IMPACTOS NA INTENSIFICAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Railson Marques Garcez

José Samuel Scriviner Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120817>

CAPÍTULO 18..... 211

SISTEMA DE BONIFICAÇÃO E A SEGURANÇA DO TRABALHO NOS AMBIENTES PROFISSIONAIS

Patrícia Pereira Pacheco

Vilson Menegon Bristot

Cristina Keiko Yamaguchi


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120818>

CAPÍTULO 19..... 222

BARREIRAS NA PAISAGEM DA CIDADE: A AVENIDA FARRAPOS E O 4º DISTRITO

Silvio Belmonte de Abreu Filho

Simone Back Prochnow

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120819>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 236

ÍNDICE REMISSIVO..... 237

CAPÍTULO 4

APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO NO ÂMBITO DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Data de aceite: 01/08/2022

Regina L. P. Dell'Isola

RESUMO: Este artigo consiste na apresentação de uma proposta de aperfeiçoamento do controle bibliográfico no âmbito da Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Especializada em Direito Eleitoral, essa unidade de informação atende usuários com vínculo ao sistema judiciário e permite acesso ao público externo que não tem vínculo com a instituição. Para facilitar o acesso desses usuários à informação de promover a preservação do acervo físico e digital, com a finalidade de proporcionar uma participação mais consistente e efetiva dessa biblioteca na Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral, esta proposta insere-se no rol de iniciativas que contribuirão com valores institucionais. Entre esses valores, destacam-se a transparência e manutenção da memória documental em matéria eleitoral, a garantia do acesso às informações, o comprometimento, a celeridade e a eficiência. Considerando a relevância das informações do acervo dessa biblioteca, faz-se necessário refletir acerca de melhores estratégias de se manter o acervo organizado e controlado. Assim, as ações de controle bibliográfico propostas para a Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais são o estabelecimento de regras para o depósito legal; catalogação cooperativa e catalogação na fonte; desenvolvimento de uma bibliografia; e aprimoramento do catálogo online.

PALAVRAS-CHAVE: Biblioteca do Tribunal

Regional Eleitoral de Minas Gerais; controle bibliográfico; organização; bibliografia.

ABSTRACT: This article consists of the presentation of a proposal to improve bibliographic control within the scope of the Library of the Regional Electoral Court of Minas Gerais. Specialized in Electoral Law, this information unit assists users with links to the judicial system and allows access to the external public that is not linked to the institution. To facilitate the access of these users to information to promote the preservation of the physical and digital collection, to provide a more consistent and effective participation of this library in the Electoral Justice Library Network, this proposal is part of the list of initiatives that will contribute with institutional values. Among these values, transparency and maintenance of documentary memory in electoral matters, guarantee of access to information, commitment, celerity and efficiency stand out. Considering the relevance of information from this library's collection, it is necessary to reflect on better strategies to keep the collection organized and controlled. Thus, the bibliographic control actions proposed for the Library of the Regional Electoral Court of Minas Gerais are the establishment of rules for the legal deposit; cooperative cataloging and source cataloging; development of a bibliography; and improvement of the online catalogue.

KEYWORDS: Library of the Regional Electoral Court of Minas Gerais; bibliographic control; organization; bibliography.

1 | INTRODUÇÃO

A Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) é a unidade de informação escolhida para a elaboração da presente proposta, por se tratar de um sistema de informação que tem sido nosso objeto de investigação. Essa biblioteca é uma unidade de informação que se destaca por oferecer coleção especializada, sobretudo, em matéria eleitoral e temas concernentes ao processo eleitoral, constituindo um acervo referência na área. Considerando-se o alcance e a relevância da Biblioteca do TRE-MG, busca-se contribuir para o aprimoramento do controle bibliográfico desse sistema de informação.

A Biblioteca do TRE-MG insere-se na Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), criada com o objetivo de interligar todas as bibliotecas eleitorais do Brasil. A rede integra, em uma única base de dados, informações referentes aos acervos de todas as bibliotecas da Justiça Eleitoral. É composta pela biblioteca do TSE e pelas demais unidades de informação de todos os tribunais regionais eleitorais, somando ao todo 28 bibliotecas.

Especializada em Direito Eleitoral e matéria partidária, a biblioteca do TRE-MG atende magistrados, procuradores, promotores, advogados, estagiários, servidores e colaboradores do TRE-MG com vínculo ao sistema judiciário e a instituições e pessoas sem vínculo direto com a Justiça Eleitoral. Em seu acervo, essa unidade de informação possui publicações das diversas outras áreas do Direito, além de obras de Administração, Ciência Política, Contabilidade, Economia, Informática e Recursos Humanos. Destacam-se, em seu acervo, publicações específicas como: livros jurídicos, livros de doutrina, periódicos, legislação e atos normativos (portarias, ofício-circular, comunicados).

A presente proposta apresenta sugestões para que a Biblioteca do TRE-MG possa investir em melhores formas de controle bibliográfico e facilitar o acesso de seus usuários à informação demandada, graças à uma melhor organização da informação armazenada nessa unidade de informação. As ações de controle bibliográfico propostas para a Biblioteca do TRE-MG são: 1) estabelecimento de regras para o depósito legal; 2) catalogação cooperativa e catalogação na fonte; 3) desenvolvimento de uma bibliografia anual; 4) aprimoramento do catálogo online e 5) o TRE-MG como Agência Bibliográfica.

Os objetivos de incrementar as formas de controle e organização são: fazer com que o público da biblioteca do TRE-MG tenha fácil acesso ao material de que necessita para o melhor exercício de suas funções e promover a preservação do acervo físico e digital. Para que as ações propostas tenham êxito, é necessário que o TRE-MG invista, nesta proposta de aperfeiçoamento de controle bibliográfico, recursos financeiros, humanos e tecnológicos que essa instituição tem à disposição.

Nos últimos anos, a explosão de publicações exige que os bibliotecários sejam mais atuantes e comprometidos com a missão de atender a comunidade de leitores na qual ele está inserido. Vergueiro (1989) atribui à “explosão bibliográfica” como a responsável pela mudança de atitude do bibliotecário, pois esse profissional passa a enfatizar o acesso ao

acervo, não mais o tratando como um conjunto de material acumulado. Se, em tempos não tão remotos, um dos problemas era a falta de publicações e de acesso, atualmente um dos problemas é a profusão de publicações. Esse quadro agravou-se com a especialização do conhecimento, com o crescimento da pesquisa, conseqüentemente, do número de publicações por parte dos pesquisadores. A revolução informacional intensificou-se nos anos 1990 com a internet. Nesse contexto, o bibliotecário tem que se aperfeiçoar e tem que saber lidar com os usuários digitais, leitores que estão sempre conectados a seus dispositivos eletrônicos. O bibliotecário precisa, então, conhecer esse tipo de usuário para saber como lidar com ele.

Como tem ocorrido em outras unidades de informação, também na Biblioteca do TRE-MG, a internet como mediadora de acesso à informação, de certa forma, tem distanciado os profissionais da informação do usuário com quem não têm interagido para obter dados relevantes tais como seu perfil e suas preferências. Atualmente, as características do usuário real e potencial que devem ser consideradas na “[...] avaliação da adequação ao usuário do material a ser selecionado[...]”, tal como aponta Vergueiro (1989, p. 15) não têm sido levantadas em conta como deveriam, assim como não tem sido feita uma análise da distribuição de assuntos e sua representatividade em relação aos usuários. Como se trata de uma biblioteca especializada, prevê-se um “leitor idealizado”, nas palavras a bibliotecária.

Verifica-se que a grande quantidade de informação disponível nos meios digitais demanda um novo perfil de profissional da informação. Além disso, constatamos que o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais publica e edita manuais de redação, de atos oficiais, de legislação eleitoral e publicou uma revista de monografias do TRE-MG. Todos eles estão disponíveis, no formato PDF¹.

A figura 1, a seguir, é uma montagem do *print* de telas do site do TRE-MG com a relação de publicações desse tribunal.

¹ PDF disponível em:<https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/manuais-e-revistas/manuais-e-revistas-do-tre-mg>. Acesso em: 23 jan. 2022.



Figura 1: Publicações editadas pelo TRE-MG

Fonte: Montagem realizada pela autora com base no site do TRE-MG (MINAS GERAIS, 2022).

As revistas de Jurisprudência disponibilizadas nesse site são produzidas pela Coordenadoria de Gestão da Informação do TRE-MG, contendo uma seleção de julgados proferidos pela Corte da justiça eleitoral mineira. A partir de dezembro de 2014, as edições da Revista de Jurisprudência substituíram as edições da Revista de Doutrina e Jurisprudência que foram publicadas de 1993 a maio de 2014. Verifica-se que, ao contrário dos exemplares da Revista de Doutrina e Jurisprudência, de não há registro de ISSN nas edições dos exemplares da Revista de Jurisprudência publicados desde dezembro de 2014

até outubro de 2021 nem nos dos manuais.

A iniciativa de propor ações de controle bibliográfico na Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral visa incrementar as formas de controle e organização para que seus usuários tenham fácil acesso ao material que necessitam para o melhor exercício de suas funções e promover a preservação da memória do acervo físico e digital. Por isso, para implementação desta proposta, é necessário: 1) especificar os papéis correspondentes a cada grupo encarregado de exercer as funções que permitirão o controle bibliográfico; 2) estabelecer as ações de controle bibliográfico tais como: a determinação de regras para o depósito legal; a catalogação cooperativa e a catalogação na fonte; o desenvolvimento de uma bibliografia anual; o aprimoramento do catálogo online; a consolidação da biblioteca do TRE-MG como Agência Bibliográfica; 3) incrementar a conexão com o setor de Tecnologia da Informação, uma vez que, por pertencer a uma rede de bibliotecas (Reje) e por ter a maior parte de seu acervo acessada *online*, há demanda de um desempenho tecnológico compatível com a interatividade a que a rede exige; 4) capacitar os profissionais que atuam no setor da Biblioteca, para que todas as ações de controle bibliográfico sejam devidamente exercidas; 5) promover projetos de aperfeiçoamento no controle e organização da informação por meio da análise SWOT – *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* (FOFA – Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças, em português), ferramenta que avalia o cenário de uma instituição e auxilia no desenvolvimento do planejamento estratégico, levando-se em conta os pontos fortes e fracos dos fatores internos (força e fraquezas, respectivamente) e os pontos fortes e fracos dos fatores externos (oportunidades e ameaças, respectivamente); 6) implementar decisões assertivas, a partir de ações em que se procura minimizar fatores de possível impacto negativo para que sejam alcançados os melhores resultados para o aperfeiçoamento do controle bibliográfico.

2 I CARACTERIZAÇÃO DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO

Desde a formalização do conceito de Controle Bibliográfico Universal, na década de 1970, quando foram definidas as bases de um sistema de intercâmbio internacional de informação que, intermediado por agências nacionais, distribuiria os registros bibliográficos padronizados de todas as publicações, deu-se início a um sistema cuja eficiência dependeria da “máxima padronização da forma e do conteúdo da descrição bibliográfica”, tal como afirma Campello (2006, p.2). A UNESCO, juntamente com a Federação Internacional de Associações Bibliotecárias (IFLA), propôs parâmetros para o Controle Bibliográfico Universal (CDU) com a finalidade de agrupar e disponibilizar “os registros da produção bibliográfica de todos os países, concretizando assim o ideal do acesso de todos os cidadãos ao conjunto do conhecimento universal” (CAMPELLO, 2006, p.12).

O CDU, criado pela UNESCO e gerenciado pela IFLA, é descrito no Glossário de Biblioteconomia e Documentação, publicado em 2002 pelo Ministério da Ciência e de

Tecnologia do Brasil (MCT), como

um conjunto de operações que, atuando em bases cooperativas, tem por finalidade tornar disponível universalmente, sob forma tradicionalmente aceita, os dados bibliográficos de todas as publicações editadas a partir do registro efetuado pelas Agências Nacionais em seus países de origem. (MCT, 2002, p.8)

Nesse Glossário de Biblioteconomia e Documentação do MCT (2002), define-se controle bibliográfico como

O conjunto de operações visando à criação e manutenção de um sistema de registro adequado a todos os tipos de documentos, publicados ou não, sobre qualquer suporte, que enriqueçam a totalidade do conhecimento humano e de informação. O inventário assim realizado permite distinguir cada documento, facilitando sua recuperação. (MCT, 2002, p.8)

Para Campello (2006), a contribuição da Biblioteconomia para o acesso democrático à informação é significativa e, no contexto mundial, essa contribuição é evidenciada pelos mecanismos que permitem o intercâmbio entre sistemas de informação de diversos países que adotaram as mesmas diretrizes, de modo a facilitar o acesso de qualquer cidadão ao conjunto da produção bibliográfica universal. Conforme afirma a autora,

percebe-se que o ideal do controle bibliográfico permanece, e diversas instituições envidam esforços, tanto no âmbito político mais amplo, divulgando suas posições com relação à preservação da memória documental e ao acesso à informação, quando no âmbito técnico, voltando-se para aspectos de normalização e padronização, que se tornam cruciais no âmbito da informação eletrônica. (CAMPELLO, 2006, p.17).

As diretrizes para o Controle Bibliográfico Universal propostas pela a UNESCO e pela IFLA geraram o documento *The National Bibliography: present role and future developments* cujas recomendações consolidavam o modelo de controle bibliográfico existente na maioria dos países e se apoiavam em um conjunto de instrumentos que resultariam na organização bibliográfica nacional, considerada a base para sustentação do CBU. Cada nação passou a ser responsável pela descrição bibliográfica padronizada e sua divulgação, através da bibliografia nacional. Conforme consta no *site* da IFLA, é possível acompanhar as atualizações feitas por cada país, embora muitos deles não realizem atualizações com a frequência desejável.

De acordo com Campello (2006), com o controle bibliográfico, o que se pretende é chegar a um domínio de documentos que guardam o conhecimento para que seja possível identificá-los e recuperá-los. Entretanto, com o *boom* da produção da informação em um sociedade dinâmica, entende-se que é cada vez mais dificultoso realizar um amplo controle bibliográfico, mas, também, mais imprescindível buscar a melhor forma de realizá-lo, que passa a ser exequível quando uma equipe gestora de uma unidade de informação tem à disposição bons recursos e um perfeito entendimento de suas funções.

A importância da informação para a sociedade, tal como ressalta Almeida (2017),

está relacionada aos adventos da tecnologia e é resultante de processos dinâmicos que vêm se desenvolvendo através de mecanismos e/ou meios de acesso inovadores e em constante mudança. Apreender a respeito das melhores formas de preservar a informação para que ela possa ser recuperada e consumida segundo a necessidade é o que se recomenda a autora desta proposta, voltada para o contexto em questão.

Um das ações sugeridas na presente proposta é o depósito legal, que, no caso da Biblioteca do TRE-MG, obriga todo servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais a entregar todo material produzido internamente ao Setor de Gestão da Informação onde está situada a Biblioteca do TRE-MG. O depósito legal é uma obrigação imposta por lei a impressores, editores ou autores de obras e praticada, geralmente, por Bibliotecas Nacionais, as quais costumam exercer a função de Agência Bibliográfica.

Tal como afirma Miranda (2017),

O Controle Bibliográfico e as estratégias do Depósito Legal estão hoje supeditados aos avanços tecnológicos de acervamento do que Karl R. Popper intitulou “Mundo 3, ou mundo do conhecimento objetivo” agora sujeito às transformações automatizadas de seu conteúdo. (MIRANDA, 2017, p. 104)

Campello (2006) lembra que, conforme a concepção da UNESCO, instrumentos de controle bibliográfico devem ser implantados a partir da conscientização da comunidade envolvida, que reconhece sua importância e utilidade. Para a autora, “a única situação para a qual se recomenda uma base legal é a captação do material, que seria feita por meio de depósito legal”. (CAMPELLO, 2006, p.76)

Em relação à bibliografia, é preciso deixar claro que se trata de um instrumento que requer uma perspectiva historiográfica e mostra que o material produzido emerge de condições socioculturais em que foram e são elaborados, redigidos e utilizados; não se trata do resultado de produções isoladas. Desta forma, a presente proposta visa a que a Biblioteca do TRE-MG produza uma bibliografia anual para agrupar suas publicações e acervo em um único lugar, o que favorecerá o controle da informação disponível.

Outra questão relevante abordada por Campello (2006) remete à preocupação com eficácia e com a qualidade do processo de acesso à informação. Isso fez com que surgissem a catalogação cooperativa, a catalogação na fonte e a catalogação na publicação. Esses mecanismos permitem que um documento seja catalogado uma única vez e o resultado seja compartilhado com outras bibliotecas, o que gera uma economia de recursos humanos e financeiros por não haver necessidade de retrabalho (não é preciso desempenhar um trabalho já feito). Considerando-se a Biblioteca do TRE-MG, a unidade sede será a responsável por realizar o trabalho de catalogação na fonte e compartilhar com a demais unidades, considerando-se a existência da Reje. Esta proposta volta-se exclusivamente para a Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral que funcionará como Agência Bibliográfica ao exercer as seguintes funções: controlar o depósito legal; organizar a bibliografia; manter catálogos coletivos; atuar como agência central de catalogação; manter o programa de

catalogação na publicação.

A figura 2, a seguir, é o diagrama que evidencia os instrumentos do controle bibliográfico.



Figura 2: instrumentos do Controle Bibliográfico

Fonte: ALVES, Ana Paula Meneses (2022).

A Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral é uma unidade de informação vinculada a uma instituição pública, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, portanto, está submetida às normas e legislações públicas. Trata-se de uma biblioteca especializada em que são valorizadas a excelência na prestação de serviços ao usuário com qualidade e a capacitação contínua dos profissionais em informação que nela atuam. Nesse contexto, as ações de controle bibliográfico propostas no presente trabalho podem facilitar a organização e o acesso à informação em um cenário de mudanças constantes pelas quais as sociedades passam e, sobretudo, favorecer o combate à desinformação, uma vez que a biblioteca do TRE-MG pode ser vista como um local de acesso a informações confiáveis e fidedignas.

3 | METODOLOGIA

Como metodologia para preparação desta proposta foi utilizada a pesquisa documental. A partir das informações das páginas *web* do TRE-MG, do TSE, da Reje, foi feito um levantamento criterioso e detalhado de todas as informações concernentes à Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Além dos dados coletados nas citadas páginas, foram considerados os resultados das análises efetivadas em investigações e trabalhos prévios realizados nessa unidade de informação, bem como dados fornecidos pela bibliotecária responsável e pelo Coordenador de Gestão da Informação do TRE-MG.

As consultas a páginas *web* como a do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência

e Tecnologia (IBICT) e a da International Federation of Library Associations (IFLA), dentre outras permitiram definir os instrumentos de controle bibliográfico a serem implantados.

Os custos para a realização do projeto deverão ser estimados com base nos valores constantes em rubrica orçamentária destinada à Secretaria de Gestão de Informação e Atos Partidários do TRE-MG que propõe distribuição dos montantes, previstos em orçamento, às coordenadorias, entre elas à Coordenadoria de Gestão da Informação a qual a Biblioteca está subordinada. Assim, para a execução desta proposta, prevê-se custos que se ajustem à verba destinada pela Coordenadoria de Gestão da Informação, condicionada ao valor de mercado do trabalho a ser realizado.

Na estrutura organizacional do TRE-MG, a biblioteca está subordinada à Coordenadoria de Gestão da Informação (CGI) que, por sua vez, subordina-se à Secretaria de Gestão da Informação e Atos Partidários. Especializada em Direito Eleitoral e matéria partidária, ela atende magistrados, procuradores, promotores, advogados, estagiários, servidores e colaboradores desse tribunal regional eleitoral – público interno, com vínculo ao sistema judiciário – e atende usuários externos – instituições e pessoas sem vínculo direto com a Justiça Eleitoral que, por sua área de atuação ou interesse, demandam informações em matéria eleitoral ou partidária.

Em seu acervo, a biblioteca do TRE-MG possui publicações das diversas áreas do Direito, além de obras de Administração, Ciência Política, Contabilidade, Economia, Informática e Recursos Humanos, entre outras. Conta, também, com um acervo de livros de literatura, denominado Círculo do Livro, doados por funcionários da instituição e disponíveis para empréstimo. Integram o acervo dessa biblioteca: legislação, doutrina (livros jurídicos), periódicos, livros de literatura e atos normativos (portarias, ofício-circular, comunicados).

A Biblioteca do TRE-MG tem acesso aos acervos de todas as demais bibliotecas da Justiça eleitoral por estar inserida na Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje)², criada com o objetivo de interligar todas as bibliotecas eleitorais do Brasil. A rede integra, em uma única base de dados, informações referentes aos acervos de todas as bibliotecas da Justiça Eleitoral. A Reje tem como missão “estimular a cooperação e a integração das unidades participantes a fim de promover o seu desenvolvimento e a sua capacidade de fornecer serviços e produtos informacionais aos usuários e à Justiça Eleitoral” e com visão, “consolidar-se como uma rede de excelência na promoção e difusão de produtos e serviços informacionais na área eleitoral”, de acordo com informações do site do Tribunal Superior de Justiça³.

Os objetivos da Biblioteca do TRE-MG estão integrados aos estabelecidos pela Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje) que funciona como um norteador para todas as bibliotecas dos tribunais regionais eleitorais do Brasil. No artigo 3º da Instrução

2 Recomenda-se o acesso à página do TSE. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/biblioteca/reje>. Acesso em: 22 jan.2022.

3 Recomenda-se acesso à Reje. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/biblioteca/reje>. Acesso em: 21 jan.2022.

Normativa n.º 3, de 27 de abril de 2020⁴, estão expressos seus objetivos:

I - Gestão estratégica da informação - Desenvolver ações que promovam a criação, o uso, as práticas e a disseminação de informações, favorecendo a criação de um espaço organizacional para o conhecimento.

II - Desenvolvimento de contexto capacitante - Criar condições favoráveis para o compartilhamento de conhecimento, a aprendizagem individual e coletiva, a busca de inovações e a solução colaborativa de problemas.

III - Suporte à tomada de decisão - O acervo deve contemplar as diversas áreas do conhecimento concernentes às atividades das unidades administrativas do Tribunal.

IV - Qualidade do atendimento - Conhecer o perfil e as necessidades informacionais dos usuários, suas necessidades atuais e projetadas, de modo que a seleção e a disseminação das informações sejam feitas de maneira adequada.

V - Acesso à informação em matéria eleitoral - Assegurar aos cidadãos o acesso aos registros bibliográficos referentes ao processo eleitoral brasileiro, desenvolvendo produtos em diversas mídias que possibilitem o melhor uso da informação criando, inclusive, condições de acessibilidade às pessoas com deficiência.

VI - Promoção cultural - Desenvolver ações que contribuam com o aprimoramento cultural dos servidores e dos colaboradores do Tribunal.

VII - Incentivo à leitura - Desenvolver ações de sensibilização para incentivar o hábito de leitura entre os servidores e colaboradores do Tribunal.

A biblioteca do TRE-MG é uma unidade de informação tem como missão atender ao público com ou sem vínculo direto com a Justiça Eleitoral que, por sua área de atuação ou interesse, demandam informações em matéria eleitoral ou partidária e garantir o compartilhamento de informações e do conhecimento na área da Justiça Eleitoral por meio de uma rede única que interliga todas as bibliotecas eleitorais do Brasil.

Para concretizar essa missão, são valores institucionais que estão em consonância com o atendimento da biblioteca do TRE-MG para a disponibilização de informações: ética - atuação institucional voltada ao interesse público, com base nos princípios que norteiam a administração pública e os valores sociais; transparência - garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais; eficiência - emprego criterioso e otimizado de recursos na busca pelos resultados institucionais; comprometimento - dedicação e envolvimento no desempenho das atividades institucionais – e celeridade - agilidade no exercício das funções judicial e administrativa⁵.

Conforme a edição de 2020 do Relatório de Gestão do TRE-MG, constam na matriz da materialidade do tribunal (FIG.3), ainda que tangencial ou potencialmente, dois tópicos relacionados à gestão da informação: um voltado para a comunicação e relacionamento

4 Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/in/2020/instrucao-normativa-no-3-de-27-de-abril-de-2020>. Acesso em 21 jun.2022.

5 Informação disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/conheca-o-tre/missao-visao-e-valores/missao-visao-e-planejamento-estrategico>. Acesso em 8 jun.2022

com públicos de interesse e outro está relacionado à eficiência operacional.



Figura 3:Materialidade do TRE-MG

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO DO TRE-MG: exercício 2020 (MINAS GERAIS, 2020, p.11)

De acordo com informações prestadas pelo Coordenador da Gestão de Informação (CGI) do TRE-MG no período de 2021 e 2022, a biblioteca desse tribunal busca adotar práticas de estímulo e valorização das contribuições individuais e de grupos que conduzam ao cumprimento da missão do TRE-MG. Assim, nessa unidade de informação, há a Seção “Biblioteca, Informação e Padronização” (SEBIP) responsável pelo desenvolvimento de coleções. Conta com a ajuda da comunidade interna (servidores do tribunal, magistrados), comunidade externa (advogados e estudantes que mantém relações com o TRE), editoras e livrarias para a indicação e seleção dos títulos.

Gerenciada por profissionais da área, a equipe da Biblioteca do TRE-MG está disponível para atender às necessidades de informação de seus usuários cinco dias por semana. O contato com a equipe pode ser feito por e-mail, telefone, Facebook e/ ou presencialmente. Por meio das redes sociais, ainda que de maneira tímida, faz-se divulgação da biblioteca do TRE-MG, como se pode ver na figura 5, a seguir.



Figura 5: Divulgação em redes sociais
Fonte: Divulgação em Facebook (2022)

Por ser uma biblioteca especializada localizada em um tribunal eleitoral, funciona como biblioteca pública, permitindo o acesso ao público externo. Com o intuito de auxiliar o usuário na elaboração de trabalhos acadêmicos, pareceres jurídicos e decisões judiciais, outro serviço prestado pela biblioteca é o levantamento bibliográfico em que, a partir do assunto especificado, sugere-se uma seleção de materiais, como: livros, artigos de revistas e entre outros.

O catálogo *online* do TRE-MG, importante ferramenta para a busca de conteúdo e, para seu melhor uso, encontra-se inserido no catálogo da Reje e pode ser aprimorado.

Não se observa a prática do depósito legal, um dos instrumentos sugeridos pelo presente trabalho como forma de centralizar o que é produzido pelo Tribunal Regional de Minas Gerais e de organizar as publicações em um único lugar.

Como proposta, tem-se que a biblioteca do TRE-MG incremente e agilize a catalogação na fonte e promova maior cooperação – catalogação cooperativa – e aprimoramento do catálogo online. A velocidade de produção de informação torna cada vez mais necessário que as publicações disponíveis ao público sejam devidamente catalogadas para que seu acesso se dê de forma rápida e objetiva.

A criação e ampla divulgação de uma bibliografia anual preparada pela equipe de bibliotecários dessa biblioteca permitirá aos usuários conhecerem mais profundamente o material que têm à sua disposição e fará com que os próprios bibliotecários possam visualizar com mais clareza a coleção. A bibliografia a ser criada auxiliará, portanto, na tomada de decisões uma vez que, tendo o acervo compilado em um instrumento, a equipe gestora poderá decidir mais rapidamente sobre, por exemplo, novas aquisições. Faz-se necessária a preservação da memória eleitoral, para que sejam conhecidos os documentos e registros do presente e passado, para a construção do futuro e a para representação da

identidade cultural das diversas época da história eleitoral do país.

3.1 Plano de ação

Para a realização do plano é essencial contar com o que o TRE-MG tem a oferecer. Considera-se a participação dos servidores qualificados, bibliotecários e profissionais da informação, e conta-se com os recursos financeiros disponíveis previstos em rubrica orçamentária para compra de material e softwares (se necessário) para oferecimento de cursos de capacitação e aprimoramento dos funcionários e para contratação de colaboradores temporários. O setor de Tecnologia da Informação também é protagonista neste plano, pois o TRE-MG, assim como os demais tribunais regionais do país, tem tecnologia capaz de prestar serviço de qualidade, sendo que muitos serviços desse tribunal tem sido prestado *online*.

Propõe-se reforçar o papel da biblioteca do TRE-MG como uma unidade de informação que integra a Reje e que pode desempenhar o papel de Agência Bibliográfica. Como responsável pela unificação da informação do que é produzido e editado no Estado de Minas Gerais, será também a encarregada de receber e armazenar essa informação para sua devida preservação, o que a torna responsável pelo depósito legal de tudo o que for produzido neste estado. O TRE-MG poderá ser o pioneiro em realizar o depósito legal desse material a ser depositado que deve incluir todas as formas de publicações, sejam elas impressas, *online*, textos, fotos, mapas, diagramas, entre outros.

A catalogação na fonte também deve ser feita pela equipe do TRE, e deve ser verificada como a catalogação cooperativa pode ser aprimorada para otimizar tempos e promover uma maior disseminação da informação. Como foi observado pela proponente, os exemplares de 1993 a maio de 2013 da Revista de Doutrina e Jurisprudência, produzidas pela Coordenadoria de Gestão da Informação do TRE-MG, são os únicos que apresentam ISSN. As edições da Revista de Jurisprudência, publicada desde dezembro de 2014 até outubro de 2021, e os manuais editados pelo TRE-MG até a presente data não têm registro de ISSN.

É fundamental que a bibliografia seja atualizada anualmente para não se perder credibilidade e para não causar incertezas aos que a acessem. A divulgação de novas atualizações na bibliografia deve ser divulgada nos canais de comunicação do TRE-MG que dão grande visibilidade à biblioteca.

3.2 Estratégias de implementação

Inicialmente é preciso tomar conhecimento do acervo da biblioteca do TRE-MG e ter a segurança de poder contar com os servidores dessa biblioteca, uma equipe altamente qualificada e engajada na missão e visão desse tribunal. Isso feito, pretende-se realizar uma análise SWOT - um levantamento das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças, avaliando o cenário dessa unidade de informação, a partir da identificação dos pontos

fortes e fracos dos fatores internos e dos fatores externos envolvidos.

Em seguida, é necessário definir os termos de funcionamento, tais como:

- Eleger, democraticamente, o líder de cada ação e a ampla divulgação das formas de contato, como e-mail e telefone institucionais;
- Estabelecer qual será a equipe responsável por cada ação;
- Especificar os papéis correspondentes a cada grupo encarregado de exercer as funções que permitirão o controle bibliográfico;
- Definir as políticas para cada ação;
- Deliberar como será o acompanhamento das etapas do processo;
- Incrementar a conexão com o setor de Tecnologia da Informação;
- Promover acompanhamento e capacitação contínua dos profissionais que atuam no setor da Biblioteca, para que todas as ações de controle bibliográfico sejam devidamente exercidas;
- Determinar formas de avaliação das ações.

Todas as ações devem ser devidamente registradas e atualizadas segundo as necessidades da biblioteca do TRE-MG, dos seus usuários internos e externos e da sociedade como um todo que tem interesse em questões eleitorais. Com essas estratégias, almeja-se a implementação deste projeto de modo a serem alcançados os melhores resultados para o aperfeiçoamento do controle bibliográfico.

Prevê-se a realização da proposta no período de 12 meses, considerando-se que alguns dos processos irão acontecer concomitantemente. O TRE-MG conta com profissionais qualificados que passam por treinamentos constantes, não sendo necessária a contratação de colaboradores terceirizados para a prestação de consultoria. Entretanto, o aumento no volume de trabalho poderá demandar contratação temporária de mão de obra para execução das atividades previstas nesta proposta. Considera-se, entretanto, a possibilidade de já haver instrumentos para as atuais atividades *online* que possam ser usados no atendimento à demanda de melhorias no sistema de informação. É preciso que este orçamento seja discutido uma vez que a compra de softwares ou mesmo de novos computadores possa elevar os custos do projeto. Em princípio, observa-se que não há obstáculos para a realização do projeto, pelo fato de o TRE-MG dispor de equipamentos disponíveis para serem utilizados pelos profissionais de informação, servidores desse tribunal.

4 | RESULTADOS ESPERADOS

Nesta proposta aqui apresentada pretendemos mostrar como as ações do controle bibliográfico irão organizar e disponibilizar com mais efetividade a informação necessária aos diversos setores dos tribunais regionais eleitorais, partindo, inicialmente, do aprimoramento da unidade de informação do TRE-MG. Considerando-se que o plano

de ação está diretamente relacionado às metas do Tribunal Regional Eleitorad de Minas Gerais as quais devem ser específicas, mensuráveis, alcançáveis, relevantes; considera-se que os resultados desta proposta vão ao encontro das metas da Biblioteca do TRE-MG, contribuindo para a gestão estratégica da informação; o desenvolvimento de ações que favoreçam a criação de um espaço organizacional para o conhecimento; para a criação de condições favoráveis para o compartilhamento de conhecimento; o estímulo à aprendizagem e para a busca por inovações e por soluções colaborativas de problemas; a manutenção, no acervo, de diversidade de áreas do conhecimento concernentes às atividades das unidades administrativas do Tribunal.

Espera-se que, com a realização desta proposta, contribua também para a garantia da qualidade do atendimento, voltado para o perfil do usuário e suas necessidades informacionais; a garantia de acesso à informação em matéria eleitoral, disponibilizando aos cidadãos os registros bibliográficos referentes ao processo eleitoral brasileiro, assegurando produtos em diversas mídias que lhes possibilitem o melhor uso da informação.

A relevância desta proposta está na valorização das publicações que já vem sendo feitas no âmbito do TRE-MG e promoverá a captação de novos usuários para quem o acervo lhes será útil. A criação e ampla divulgação da bibliografia serão a primeira etapa do processo que culminará na consolidação da transparência dessa biblioteca especializada em um tema de destaque social que é o processo eleitoral.

O aprimoramento do catálogo online com a cooperação do setor de Tecnologia da Informação é outro diferencial desta proposta. Trata-se de um apoio necessário, mas nem tanto desafiador para essa instituição pública que já conta com servidores capacitados na área de TI, devido à seriedade e competência com que conduzem o processo das eleições eletrônicas. A capacitação e desenvolvimento dos servidores para atuarem nesta proposta estará alinhada com as melhores tecnologias e práticas, suprimindo uma lacuna na gestão dessa unidade de informação: a necessidade de controle e organização.

As ações do controle bibliográfico exercidas pela equipe de bibliotecários do TRE-MG promoverão a organização e o controle da informação demandada pelos usuários e proporcionarão melhores formas de guarda e acesso à informação. Além disso, esta iniciativa, ao incrementar as formas de controle e organização, facilitará o acesso dos usuários ao material de que necessitam para o melhor exercício de suas funções e promoverá a preservação da memória do acervo físico e digital.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inegavelmente, a informação é basilar para a geração de novos conhecimentos, sendo reconhecida como o principal insumo competitivo de uma instituição. Ao longo dos anos, houve grande crescimento de publicações da área do Direito Eleitoral, o que conduziu às bibliotecas especializadas nessa área jurídica tornarem-se um complexo ambiente

para a organização, o acesso, a recuperação e a disseminação informacional. O Controle Bibliográfico traduz o esforço para a criação de mecanismos de otimização do acesso à informação, permite a rapidez (evitando-se a duplicação desnecessária de processos), favorece a padronização, a identificação e a recuperação da informação registrada.

Considerando a relevância das informações do acervo da biblioteca do TRE-MG e o crescente número de publicações produzidas nesse tribunal, faz-se necessário refletir acerca de melhores estratégias de se manter o acervo organizado e controlado. Esta proposta, voltada para o aperfeiçoamento do controle bibliográfico no âmbito dessa biblioteca, apresenta novas alternativas, como a criação da Agência Bibliográfica, o depósito legal, a catalogação na fonte e a bibliografia, assim como o aprimoramento da catalogação cooperativa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lucélia Silva. Controle bibliográfico e a organização da informação: as contribuições da Biblioteconomia. **Revista Bibliomar**, São Luiz, v. 16, n. 1, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/download/7617/5348>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ALVES, Ana Paula Meneses. **Organização Bibliográfica Nacional**. Belo Horizonte, out. 2021/fev. 2022. Portal Minha UFMG: [vídeoaulas da disciplina Organização Bibliográfica Nacional do Curso de Biblioteconomia da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais do 2. semestre de 2021]. Acesso restrito aos alunos regularmente matriculados. Disponível em: <https://sistemas.ufmg.br>. Acesso em 16 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da ciência e da tecnologia. **Glossário de biblioteconomia e documentação**. Rio de janeiro, 2002.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. 2022. Brasília (DF): TSE. 2022 [site]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 23 jan.2022

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral**. 2022. Brasília: TSE, 2022. [Site]. Disponível em: Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/biblioteca/reje>. Acesso em: 23 jan.2022

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Catálogo de bibliotecas da justiça eleitoral**. 2022. Brasília: TSE, 2022. [Site]. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/biblioteca/reje/catalogo-de-bibliotecas-da-justica-eleitoral>. Acesso em: 25 jan.2022

CAMPELLO, Bernadete Santos. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

FERREIRA, Osmar Carmo Arouck. **Tesouro da Justiça Eleitoral**. 7. ed. rev. e ampl. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2010. Disponível em: https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/tesouro/Tesouro_web_v2.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

GRINGS, L.; PACHECO, S. A biblioteca nacional e o controle bibliográfico nacional: situação atual e perspectivas futuras. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v.1, n.2, p.77-88, jul./dez.2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Disponível em: <https://www.gov.br/ibict/pt-br>. Acesso em 11 jan.2022

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). 2021. Disponível em: <https://www.ifla.org/>. Acesso em: 10 jan. 2022.

LOUSADA, Mariana *et al.* Políticas de indexação no âmbito da gestão do conhecimento organizacional. **Informação & Sociedade: Estudos**. João Pessoa, PB: Universidade Federal da Paraíba (UFPB), v. 21, n. 1, p. 191-202, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/72290>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MACHADO, A. M. N. **Informação e controle bibliográfico**: um olhar sobre a cibernética. São Paulo: Ed. da UNESP, 2003.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. **Manuais e Revistas do TRE**. 2022. Belo Horizonte: TRE-MG, 2022. [Site]. Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/manuais-e-revistas/manuais-e-revistas-do-tre-mg>. Acesso em: 20 jan.2022.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. **Relatório de Gestão do TRE-MG: exercício 2020** Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorio-de-gestao-anual-2/relatorio-de-gestao-anual>. Acesso em: 23 jan.2022.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. **Divulgação da Biblioteca do TRE-MG**. [tre-mg] Disponível em: <https://www.facebook.com/page/500669223370777/search/?q=biblioteca>. Acesso em: 24 jan.2022

MIRANDA, Antônio. Depósito legal na encruzilhada da hipermodernidade. **PontodeAcesso**, Salvador, v.11, n.1, p. 95-106, abr. 2017.

MONTE-MÓR, J. M. Controle bibliográfico nacional. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 1-12, mar. 1981.

SAMPAIO, D.A.; SOUZA, A.M.C.de; SILVA, T.P.S. Interfaces entre controle bibliográfico e recuperação da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n.1, p.3-11, 2012.

SILVA, C. R. S., Oliveira, T. P. R. de, TEIXEIRA, T. M. C., COSTA, M. de F. O., & NUNES, J. V. Contribuições do Modelo de Carol Kuhlthau para a pesquisa sobre Comportamento Informacional e Competência em Informação no Brasil. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da informação**, 25, 01-14. 2020.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. **Desenvolvimento de coleções**. São Paulo: Associação Paulista de Bibliotecários, 1989.

WEITZEL, Simone da Rocha. Desenvolvimento de coleções: origem dos fundamentos contemporâneos. **Transinformação**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 179-190, dez. 2012.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altamira 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107

Aperfeiçoamento 30, 37, 38, 41, 50, 52

Aprendizado 16, 18, 22, 112, 118

Autônomo 55, 168, 203

B

Behavior 134, 136, 137, 144, 161, 211

Biblioteca 22, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 172, 221

Blockchain 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74

Brasil 4, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 24, 25, 28, 30, 33, 34, 35, 38, 42, 45, 46, 52, 53, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 96, 97, 99, 102, 104, 105, 106, 111, 113, 119, 120, 122, 124, 126, 127, 131, 132, 133, 150, 152, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 190, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 220, 232

C

Combate 44, 70, 83, 86, 88, 92, 96, 98, 161, 162, 164, 166, 167, 169, 170, 177, 179, 182, 183, 184

Conflitos 60, 68, 70, 72, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 116, 120, 214, 228, 230

Covid-19 1, 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 58

Crioulas 109, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

D

Dicotomia 75, 76

Drogas 34, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 102, 226

E

Empreendedorismo 16, 17, 18, 22, 205

Empresas 16, 17, 18, 19, 20, 22, 56, 57, 85, 100, 154, 164, 166, 170, 186, 187, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 204, 206, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 49, 55, 56, 57, 59, 64, 72, 84, 85, 87, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 111, 116, 119, 122, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 151, 161, 162, 163,

164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 179, 182, 184, 189, 198, 203

I

Impacto 7, 14, 41, 73, 83, 84, 87, 89, 102, 112, 166, 168, 186, 190, 192, 193, 226, 230

Inconstitucional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15

Ineficácia 1

Informação 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 66, 90, 150, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 179, 181, 187, 193, 194, 196, 204, 233

Interdisciplinaridade 16, 18, 119

L

Logística 32, 86, 186, 187, 192, 193, 194, 195

M

Massacre 92, 93, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105

Movimentos 58, 109, 114, 119, 120, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 164, 197, 202, 204, 222

Multidimensional 134, 137

Mundo 6, 17, 24, 43, 59, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 87, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 159, 163, 164, 166, 174, 189, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 226, 230, 232

P

Paris 64, 92, 106, 108, 147, 150, 173, 174, 176, 178, 179, 180, 183, 232

Polícia 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 86, 87, 97, 98, 168

Portugal 123, 134, 135, 138, 140, 141, 147, 148

Povo 3, 106, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 150, 151, 152, 156, 166

R

Registro 32, 33, 35, 40, 42, 49, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 183, 206, 212

Revolução digital 196, 197, 198, 201, 202, 204, 207, 208

Riqueza 75, 76, 77, 78, 81, 117, 127, 153, 166, 173, 200, 203

Rondônia 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36

Ruas 31, 132, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 223, 227, 230, 232, 233

S

Segurança 4, 9, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 49, 62, 68, 69, 71, 72, 73, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 99, 100, 114, 115, 119, 130, 153, 159, 163, 165, 181, 189, 190, 192, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 233

T

Trabalho 1, 2, 6, 7, 11, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 43, 44, 45, 48, 50, 57, 62, 68, 69, 75, 76, 81, 84, 87, 88, 90, 94, 95, 98, 102, 124, 130, 131, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 169, 187, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 233

Tráfico 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 97, 98, 99, 100, 102

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional

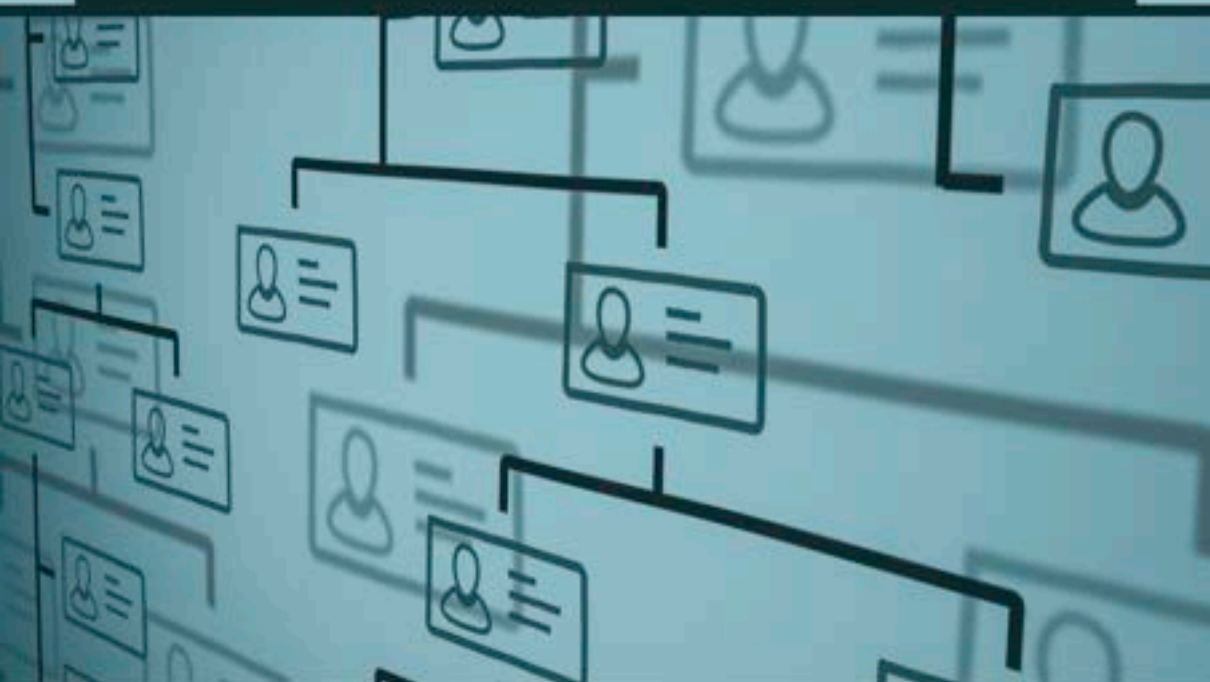

Ano 2022

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional


Ano 2022